REVISTA FAPAD
OPEN ACCESS
E-ISSN: 2764-2313
REVISTA DA FACULDADE PAN-AMERICANA DE ADMINISTRAÇÃO E DIREITO

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO: A COMPLEXA INTEGRAÇÃO ENTRE O POLÍTICO, O SOCIAL, O ECONÔMICO E O JURÍDICO

José Barroso Filho[1]



Só haverá futuro, em termos de sociedade, se houver uma repactuação ética do que entendemos como desenvolvimento.

E esse desenvolvimento tem que estar relacionado com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos

Não existe a Verdade única e eterna, fonte de todas as intolerâncias, mas verdades provisórias que constituem a natureza humana.

É um desafio ao nosso entendimento e postura perante os fatos da vida.

Neste jaez ... avalia-se a inteligência e a capacidade de transformação de um indivíduo pelo número de incertezas que ele é capaz de suportar e possibilidades que é capaz de oferecer.

É o enfrentamento da incerteza que determina o avanço do Saber, alargando as possibilidades de realização entre a vida pensada e a vida vivida.

Mais que as respostas certas, as perguntas inteligentes.

Falemos do que parece estar "**hidden in the light**": há tantas coisas na luz que você não nota mais.

A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer, ou seja, as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter.

Conforme registrou **Amartya Sen** "*Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas conduz ao entendimento de que, com oportunidades sociais*

---

[1] Ministro do Superior Tribunal Militar. Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União. Conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Doutor h.c. pela Universidade Castelo Branco – UCB. Mestre em Direito Econômico pela Universidade Federal da Bahia. Diplomado em Estudos Avançados em Administração Pública pela Universidad Complutense de Madrid. Pós-Graduado pela Escola Superior de Guerra, pela Escola Judicial Des. Edésio Fernandes (TJMG) e pela Escola de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados (TJBa). Juiz-Auditor da Justiça Militar da União, com atuação nas cinco regiões do Brasil – de dez/1997 a abr/2014. Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar (DF) – abr/2009 a fev/2011. Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (DF) – mar a jun/2008. Juiz de Direito (MG) – 1996/1997. Juiz de Direito (PE) – 1992/1996. Juiz Eleitoral (45ª e 123ª Zonas Eleitorais – TRE/PE)- 1992/1996. Promotor de Justiça (BA) - 1992. Integrante do Projeto RONDON (registrando 15 operações em diversos estados do Brasil). Integrante como Observador do Grupo de Trabalho Araguaia – GTA. Integrante como Observador do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – Combate ao Trabalho Escravo – GEFM. Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB(2008/2010)

adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino, sendo agentes e não somente beneficiários passivos de programas de desenvolvimento"[2].

Necessitamos promover uma Inclusão Social, consequente e produtiva.

Precisamos promover um equilíbrio estruturante, aproximando o "Ter" e o "Ser", reduzindo, assim, no caso do Brasil, o enorme "gap" existente entre o *7º lugar na Economia Mundial e a ocupação da 79ª posição*, relativa ao IDH[3] e a mesma incômoda posição, em matéria de justa distribuição de riqueza, medida pelo coeficiente de GINI.

Pontifica o Professor **Celso Furtado** "*O Desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento da produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas à criatividade humana e responder às aspirações da sociedade*"[4].

Assim, tendo como pressupostos:

- o arejamento político da Democracia

- a vertente emancipatória da Educação e

- a complexidade da Economia...

Não podemos perder o foco de ser socialmente eficiente,

Mas também não podemos olvidar que a Política não pode se liberar da Economia, a Economia não pode se liberar da Política.

Compreender a relação entre indivíduos e instituições é desvendar os mistérios no desenvolvimento das sociedades.

Fundamental para a consolidação do desenvolvimento são as instituições, ou seja, as regras formais e informais do jogo de funcionamento da sociedade, uma vez que a evolução das regras predetermina e condiciona o desenvolvimento socioeconômico e político de uma sociedade.

Muito pela dissociação entre a Política (decisão do que fazer) e o Poder (capacidade de fazer), tem-se a potencialidade de crescente déficit democrático, exsurgindo a **Lógica do Pensamento Encarneirado** marcado pela:

- acriticidade

- fluidez das relações

- fragmentação do conhecimento e

- imaturidade político-social.

Que abrem caminho para o totalitarismo e o sectarismo...

Assola-nos a "Tragédia da Ineficiência e da Desigualdade".

Os problemas estruturais econômicos do Brasil - crescimento baixo, recrudescimento da inflação, descontrole de gastos governamentais, infraestrutura

---

2 Amartya Sen, *Desenvolvimento como Liberdade* (São Paulo, Companhia das Letras, 2000).

3 "Human Development Report 2016 (Human Development for Everyone)", UNDP, 2016, 211, http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf.

4 Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 2007).

defasada e baixa taxa de investimento - estão a sacrificar a oportunidade da economia brasileira de dar o salto de qualidade para um processo sustentável de crescimento e desenvolvimento econômico de longo curso.

Fatores como o câmbio, os tributos, os custos de energia, a infraestrutura de estradas, portos, aeroportos, as comunicações, a burocracia e o baixo nível da educação pública estão fora do controle das empresas e impactam no dinamismo das atividades econômicas.

Sobretudo, precisamos escapar da armadilha que aprisiona os países com desenvolvimento autolimitado, qual seja, a adoção de padrões de produção de bens primários com baixo valor agregado.

Sendo objetivo, sofremos duplo impacto: de um lado, perdemos mercados compradores e, de outro, tornamo-nos alvo cobiçado de países exportadores, dado o nosso grande potencial interno de consumo.

Os aumentos das importações de produtos finais e a reprimarização de nossa pauta de exportações também se revelam como riscos para as atividades produtivas.

Igualmente vale considerar que a expansão sustentável da economia é limitada pela falta de poupança.

Considerem que o dinheiro que não é consumido pelas pessoas, pelas empresas ou pelo governo, pode se tornar fonte de recursos para investimentos em estradas, fábricas e em tecnologias e, assim, aumentar a capacidade de produzir, de forma mais eficiente, sem gerar inflação.

Desta forma, a escolha entre estimular a poupança ou o consumo tem impacto no ciclo de crescimento dos países.

Além do baixo percentual de poupança (hoje em torno de 14% a 17% do PIB), o nível de investimento depende muito da taxa de juros, ou seja, o custo de obtenção do capital ou o custo do financiamento; assim, quanto maior o juro, menor será o nível de investimento.

A visão de crescimento à custa de poupança externa atraída a juros altos traz capital alienígena e parasita que, por não se enraizar, só deixa dívida e dependência.

Sobretudo, precisamos escapar da armadilha que aprisiona os países com desenvolvimento autolimitado, qual seja, a adoção de padrões de produção de bens primários com baixo valor agregado.

Não podemos balizar nossa estratégia de Nação com uma predeterminação de cada país, dentro da concertação internacional, variando entre ser a “fábrica do mundo” ou a “fazenda do mundo”.

Atentemos para o processo de reprimarização e desindustrialização.

A característica fundamental do processo de desindustrialização é a perda relativa de dinamismo da indústria na geração de renda e emprego na economia.

Em linhas gerais

Percebe-se a desindustrialização *quando uma economia não chega a atingir toda sua potencialidade produtiva manufatureira e, em vez de evoluir em direção à indústria de serviços com alto valor agregado - setor terciário -, regride para a agricultura ou cai na informalidade*.

Com efeito, a desindustrialização ocasiona o deslocamento do emprego em direção a atividades de baixa produtividade do setor de serviços e do setor primário, bem como o aumento da informalização e da precarização das condições de trabalho e de vida das populações.

Afinal, uma das métricas do desenvolvimento de um país é a sua complexidade econômica, em suma, a capacidade de agregar valor a bens primários.

Precisamos ficar atentar para o chamado Custo Brasil que são custos vigentes na economia brasileira decorrentes de deficiências em diversos fatores relevantes para a competitividade, por exemplo: tributação (carga e burocracia), custo de capital de giro, custos de energia e matérias primas e custo da infraestrutura logística.

Condições desvantajosas quando se analisa o ambiente de negócios em outras economias.

O Custo Brasil independe de estratégias das empresas, pois decorre de deficiências em fatores sistêmicos, as quais somente podem ser dirimidas com políticas de Estado.

Também não se imagine que uma alíquota de tributo maior sempre gere uma arrecadação maior.

Observemos a relação entre receita e carga tributária manifesta na "*Curva de Laffer*"[5]. A curva de Laffer é uma representação teórica da relação entre o valor arrecadado com um tributo a diferentes alíquotas.

O economista Arthur Laffer mostrou que existe um ponto crítico, de forma que aumentos sucessivos na alíquota de qualquer tributo fazem com que a arrecadação cresça até certo ponto.

Elevando a alíquota, a receita se eleva, porém, há um ponto a partir do qual a receita começará a ser reduzida, mesmo com o aumento da alíquota, devido à redução da base (produção).

Os agentes econômicos passam a não honrar seus compromissos tributários (via evasão) ou caminham para informalidade ou ainda pela paralização da produção.

Outro ponto a considerar: não bastasse a diferença de afetação entre tributos diretos e indiretos, o princípio da progressividade tributária (ou seja, que o nível de tributação cresça com a renda) é violado no topo da distribuição.

Um dos principais motivos desta distorção é porque a renda dos mais ricos provém predominantemente de dividendos distribuídos às pessoas físicas, que são isentos de imposto pela legislação brasileira.

Estima-se que, se houvesse tributação sobre dividendos, a arrecadação anual seria acrescida de 50 bilhões de reais.

E para não dizer que não falei de sistema: aqueles que pagam – proporcionalmente – mais tributos, são os mais discriminados, recebem os piores serviços e são vítimas das maiores violências.

Percebe-se que, o que injustamente se arrecada, ineficientemente se distribui.

---

[5] "Curva de Laffer", Wikipedia, última modificação 19 de julho, 2017, https://pt.wikipedia.org/wiki/Curva_de_Laffer.

A recíproca é igualmente verdadeira.

E que não se trata de ser otimista ou ser pessimista, pois ambos são fatalistas.

Reservo-me o direito de ser realista.

Se faltam recursos, compromete-se o êxito dos projetos voltados ao Estado de Bem-Estar Social, o que, em ambiente de baixa densidade ideológica e tênue consciência cidadã, se desatendidas as necessidades e expectativas imediatas, abre-se caminhos a promessas de milagreiros populistas, comprometendo-se o êxito da própria democracia.

Assim, claro está que o conceito de ética na economia não é ... exclusivamente... técnico, mas essencialmente político.

Ideologias distorcidas tentam legitimar as tentativas de captura do público pelo privado, do privado pelo público.

Muitas vezes, as ditas ideologias manifestam-se no objetivo de primazia de "uns" em relação a "alguns" enquanto a maioria não sabe o que está ocorrendo, mas é conduzida sob uma lógica do pensamento encarneirado ao matadouro das utopias.

Assim... neste contexto

Um ideário que não objetiva a agregação social

Não é ideologia, é uma seita

E talvez, a diferenciação possa se esclarecer na resposta a esta questão:

Sua proposta é inclusiva ou excludente?

Alerto, pois, para dois grandes inimigos da DEMOCRACIA:

- Ignorância
- Miséria

Recomendo cuidado com os obsessores ideológicos que pregando o sectarismo sequestram o nosso Futuro

A Paz social não pode ser uma mera ausência de violência obtida pela imposição de uma parte sobre as outras.

Tampouco é a ausência de conflito....

O conflito não pode ser ignorado ou dissimulado: deve ser aceito.

Mas, se ficarmos encurralados nele, perdemos a perspectiva, os horizontes reduzem-se e a própria percepção da realidade fica fragmentada.

Quando paramos na conjuntura conflitual, perdemos o sentido da unidade profunda da realidade.

Não se constrói um País com ódio e ressentimento, mas sim, com Verdade e Justiça.

Precisamos nos reconciliar com o Passado para nos reencantarmos com o Futuro de sermos uma grande Nação.

Define-se, pois, se estamos diante de um projeto político denominado Nação que a todos abraça ... que a todos abraça...

Ou diante de um mero projeto de poder... que faz pouco caso da Democracia e empalidece a cidadania.

Falamos de estabelecer uma efetiva Comunidade Política

De modo que o cidadão não seja despersonalizado ou reduzido a uma figura específica, ex: Consumidor ou expectador...

Nem a visão de sociedade seja restrita ao ângulo do Mercado ou que seja reservado ao Estado o papel de Senhor de todas as vontades e destinos.

A comprovada ineficiência das teorias e ideologias que preconizam a "soma zero" – para que um ganhe o outro tem que perder – conduz ao importante cotejamento dos interesses complementadores, que podem ser determinantes para o sucesso ou o fracasso de uma estratégia de desenvolvimento.

O que ocorre é que disputas ideológicas e/ou fisiológicas advindas do próprio Estado, em suas diversas formas e modelos de atuação são tão acirradas e extremadas que terminam por causar danosas "desenconomias de escala", prejudicando o verdadeiro desenvolvimento.

Neste quadro real, vale uma apreciação sob o ângulo da Teoria dos Jogos (John von Neumann / Oskar Morgenstern - 1944)

Importante saber:

- Quem são os players;

- O que tem;

- O que oferecem e

- Quais os comportamentos possíveis...

Em se manejando sistemas cooperativos,

Tratemos, pois, de "*Coopetição*"[6] – misto de cooperação e competição – assunto abordado pelos professores de economia Bradenburger (Harvard Business School) e Nalebuff (Yale School of Management).

O Estado embora seja um competidor que sempre ganha a sua parte, uma vez que os tributos são obrigatórios, a ação do Estado, em determinados contextos, pode ser entendida como "coopetição".

Isto é, compete pelo dinheiro, quando cobra tributos, mas coopera com as empresas e a sociedade, quando o dinheiro dos tributos é investido em redes de transporte, fornecimento de energia, telecomunicações, estabilidade da moeda e assim por diante.

O tom do desenvolvimento será o da sinergia institucional.

Nega-se, pois, a constatação desesperançada de Thomas Malthus a respeito de um sistema natural e de retornos decrescentes por uma visão de Joseph Schumpeter manifesto na disruptiva inovação, construção e desconstrução criativa que proporciona retornos crescentes.

Velhos e insulares conceitos de Estado, já não mais funcionais (embora insepultos), envolvidos em opacidade e inoperância das esferas de um poder que já

[6] Adam M. Brandenburger; Barry J. Nalebuff, *Co-opetição* (Rio de Janeiro, Rocco, 1996).

mudou a sua centralidade. Há conceitos que, embora integrem a História, já nascem póstumos...

O Estado-Nação, muitas vezes enunciado, deve ser implementado... expresso em uma complexa trama política lastreada na jusfundamentalidade e na juseconomicidade, a qual uma compromissada transdominialidade deve tecer caminho e lançar luzes.

Assim ... cabe ao Estado a instituição de um ambiente de desenvolvimento, sendo, pois, necessário equilibrar cinco condicionantes macroeconômicas que o mercado não é capaz de equilibrar, quais sejam:

- Câmbio (a mais estratégica);
- Lucros, pois sem lucro não há investimentos e, portanto, não há desenvolvimento;
- Juros, que deve ser os mais baixos possíveis;
- Salários, que devem ser os mais altos possíveis e compatíveis com o investimento; e
- Inflação, que deve ser baixa.

A tanto, deve ativar princípios da governança multinível e governança multiagente.

Cabe ao Estado aperfeiçoar procedimentos, aprimorar rotinas, criando uma ambiência de desenvolvimento; deve incentivar a inovação temperada, com a assunção supervisionada de riscos (recordo quão dolorosas são as "bolhas" econômicas para o tecido social).

Há de se cuidar do creditismo, sem lastro econômico e do rentismo, sem ética... autênticos "*Bebês de Rosemary*"[7] do Capitalismo.

Ficamos reféns do risco, potencializado pelo grande mercado do tráfico de drogas financeiras ou as tendências artísticas daqueles que gostam de "pintar dinheiro".

Se os governos apenas empregam recursos previamente apropriados do setor privado (via impostos e/ou endividamentos), os investimentos públicos significarão, tão somente, um desinvestimento privado.

O mesmo se observe em relação aos incentivos fiscais para que não sejam, simplesmente, um desinvestimento público com danosas consequências orçamentárias.

Fundamental aperfeiçoar os procedimentos de controle e eficiência das contas públicas. Não percamos a noção do quanto de futuro há em cada centavo público.

Precisamos orçamentar o futuro: a tanto, os orçamentos públicos devem ser reais instrumentos de planejamento e não apenas de gestão fiscal.

Uma melhor qualidade do gasto público – focada na eficiência e transparência- exige uma visão sistêmica das peças orçamentárias: PPA, LDO e LOA.

A bem da eficiência, deve haver uma inter-relação entre os componentes deste projeto de futuro chamando Orçamento, de modo que se perceba a inter-relações entre os domínios, por exemplo, quanto impacta cada real investido em saneamento ou

[7] Roman Polanski, "Rosemary´s baby" (O Bebê de Rosemary- BR), filmado em 1968 nos Estados Unidos, vídeo, 136min, baseado no romance homônimo de Ira Levin, Wikipedia, última modificação 27 de setembro, 2017, https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosemary%27s_Baby#Refer.C3.AAncias.

educação ambiental na área da saúde, ou quanto mais se gasta ao não "dragar" o canal de acesso a um porto, levando-se em conta todo o custo da ineficiência.

Em suma, investimentos em eficiência, com demonstração do impacto e interações, deveriam ser linha doutrinária obrigatória no Planejamento e Gestão Orçamentários.

Imperioso reconhecer o equilíbrio fiscal é condição útil e necessária.

Diante do brevemente exposto, percebe-se que a ausência ou deficiência de um Planejamento e Gestão Estratégicas, em nível nacional, ocasiona um descompromisso com resultados:

- seja pela ineficiência, não medida, embora sentida,

- seja pela corrupção que, sem medida, sequestra o futuro de uma Nação que não se constrói.

Insisto, pois, no encerramento deste ciclo de ineficiência e desesperança.

As bases de uma sociedade democraticamente consequencial e sustentável estão a exigir Soberania Política calcada em uma Educação libertária e na Complexidade de sua Economia

Como decorrência de um planejamento e gestão estratégicos bem definidos e ajustados aos interesses da sociedade, precisamos buscar uma "administração de resultados", que objetive impactos positivos na coletividade.

Isto implica responsabilidade da Administração Pública pelas escolhas que ela faz e pelos resultados que ela alcança.

De modo a resultar na responsabilização dos gestores pelos resultados que a agência ou o serviço administrativo se comprometeu a alcançar

Um modelo de administração focada nos resultados produzidos, cujos órgãos atuam segundo critérios de eficácia e de eficiência, recorrendo à fixação de metas e objetivos e aos indicadores de performance.

Assim, a Administração Pública deve prestar contas à comunidade pelos recursos econômicos gastos, pelas expectativas que cria (*responsiveness*) e pelas ações que executa (*accountability*).

A boa governança (*good governance*) exige, pois, que os agentes administrativos e os responsáveis pela direção política da administração pública tenham um dever de prestação de contas pelo que fazem, pelas decisões que tomam, mas também pelo que deixam de fazer (omissão).

Estas mensurações valem para todo o processo, desde a fase da aprovação de projetos até à fase da execução.

Necessário que sejam avaliados indicadores de performance da atividade administrativa, tais como: qualidade e da eficiência dos serviços prestados nas várias áreas; dos tempos de resposta dos serviços administrativos; dos resultados alcançados; dos riscos assumidos e das vantagens consideradas e dos investimentos realizados, evidenciando-se custos e benefícios.

Eis um antídoto poderoso contra a "ineptocracia".

Tudo a exigir constante atividade e eterna vigilância.

Afinal, uma cidadania desobrigada faz da Democracia um lamentável mal-entendido.

Falemos, pois, de Pátria, de um projeto político de pertencimento, de futuro.

Trilhemos o caminho do desenvolvimento de uma efetiva cooperação federativa.

Essa articulação sinérgica e complementar, essa "convivência federativa", está a exigir...

A bem da verdade, os entes federativos são técnica, financeira e administrativamente interdependentes.

Nesta visão funcional, necessária a transferência de competências políticas, administrativas e fiscais entre entes federativos consubstanciando uma política pública denominada descentralização.

Sendo que, toda a descentralização administrativa, deve ser acompanhada pela respectiva e proporcional descentralização fiscal.

Em termos sistêmicos, se a descentralização possibilita uma maior participação do cidadão na elaboração e na implementação de políticas públicas melhor adaptadas à realidade local de Estados e Municípios, a efetivação das políticas públicas nacionais dependem de apoio político local.

Assim, é necessário se pensar em um Planejamento Estratégico específico, a fim de promover a agregação das ações dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e iniciativa privada, objetivando a realização de ações conjuntas que, se fossem implementadas isoladamente, não atingiriam os mesmos resultados, ou despenderiam um volume maior de recursos.

Objetivamente, cada atividade seria regrada por um Contrato de Gestão específico, com indicadores e metas próprios.

Vale destacar: serviço de interesse público não é necessariamente prestado pelo Poder Público, de forma exclusiva, pois o que importa é a prestação de serviços de qualidade à população, otimizando recursos e resultados.

Precisamos investir em um modelo de desenvolvimento no qual o lugar comum passe a ser o envolvimento de todas as partes interessadas (*stakeholders* – Governo, empresas e sociedade civil) no desenvolvimento de projetos conjuntos efetivando o interesse público.

Tais colaborações podem assumir muitas formas, incluindo parcerias público-privadas, compromissos de negócios da cadeia de valor, contratos urbanísticos etc.

Caminhemos...

Este novo ciclo deve ser marcado pela eficiência sistêmica. Assim, devemos aproveitar os lucros associados à economia de escala, a fim de promover rápidas expansões em nosso parque produtivo, sem esquecer de fortalecer os núcleos sociais de base, fortalecendo a economia solidária e a agricultura familiar.

Privilegiando, nas cadeias produtivas, a criação de empregos, mas, sobretudo, de trabalho...

Ora, percebe-se a necessária interação e integração interdominial, de forma a promover uma valiosa fecundidade cruzada que, ao fornecer-nos entendimento e

compreensão, apresenta-se como interdisciplinaridade, ao nos sinalizar os caminhos de superação a temos como transdisciplinaridade.

Desta forma, repiso, devemos estimular os Arranjos Produtivos Locais – APL´s" marcados pelo adensamento das cadeias produtivas e, em dada medida, aproximando-as dos centros consumidores.

Esses "clusters" associam a ação cooperada ao aperfeiçoamento técnico e comercial das atividades.

Pode ocorrer com polos de empresas ou com a implementação de assentamentos próximos a centros consumidores.

O importante é privilegiar os ciclos econômicos.

Vale lembrar a "*Tragédia dos comuns (ou "Tragédia dos bens comuns")*"[8] um conceito popularizado pelo ecologista Garret Hardin no ensaio "*The Tragedy of the Commons*", publicado em 1968 na revista Science.

Consiste em uma situação onde indivíduos, agindo de forma independente e racionalmente de acordo com seus próprios interesses, se comportam em contrariedade aos melhores interesses de uma comunidade, esgotando algum recurso comum.

A hipótese levantada pela "tragédia dos comuns" declara que o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito termina por condenar estruturalmente o recurso por conta de sua superexploração.

Entretanto, a economista vencedora do Prêmio Nobel, Elinor Ostrom revisitou a obra de Hardin em 1999, descobrindo que a tragédia dos comuns não é tão prevalente ou tão difícil de resolver como Hardin sustentou, uma vez que os moradores frequentemente criaram soluções para o problema dos comuns.

Porém ocorre que, quando os comuns eram tomados de assalto por indivíduos não-locais, essas soluções deixavam de ter aplicação efetiva.

A prática parece indicar que a "tragédia dos comuns" é um problema de proporções mundiais, mas com coordenadas e sistêmicas soluções locais com o "governar os comuns".

Nas palavras do Professor John Nash "*O melhor resultado acontece quando todos em um grupo fazem o melhor por si próprios e pelo grupo*"[9].

Mais ainda, precisamos superar a "Tragédia dos Invisíveis".

Afinal, o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, necessita de uma clara e efetiva Política Nacional de Desenvolvimento que associe a mobilização cívica, à cooperação, à valorização das identidades locais e regionais e à inclusão participativa de amplos setores da sociedade.

É preciso que sejam desenvolvidas ações que ofereçam segurança jurídica, em especial, no que se refere aos direitos sobre a terra, com a consequente e progressiva pacificação dos conflitos, inibição dos crimes no campo, das grilagens, do trabalho

---

[8] Garrett Hardin, "Tragédia dos comuns", Wikipedia, última modificação 28 de agosto, 2017, https://pt.wikipedia.org/wiki/Trag%C3%A9dia_dos_comuns.

[9] Sylvia Nasar, *Uma mente brilhante (John Nash)* (Rio de Janeiro, Record, 2002).

escravo, da exploração ilegal de madeira, dos recursos minerais e das riquezas da flora e da fauna.

Não se engane ... assim é o mundo... eis a realidade que bate à sua porta.

Necessário olhar-se no espelho e superar os conflitos étnicos, desenvolvendo políticas afirmativas e conceitos como posse e propriedade comunal nas questões indígenas e quilombolas, atraindo "quem é da causa" e afugentado os "aproveitadores do sonho alheio".

Um caminho para o estabelecimento de políticas públicas consequentes e "portadoras de futuro". Mormente na regularização fundiária e acesso a meios de produção e financiamento e circulação da produção, os círculos virtuosos (econômicos, jurídicos e políticos) de desenvolvimento.

Por fim, com as razões do eterno recomeço: devemos ficar atentos para a afoiteza dos tempos ultramodernos que, por vezes, inverte a cadeia causal no processo de conhecimento colocando o efeito antes da causa, apontando soluções ou remédios, mesmo antes da análise.

Eis o grande risco, o risco de o efeito ser dominante sobre a causa...da Cura inventar a Doença...

As opções políticas eticamente desvirtuadas quando: As "coisas de valor" – sem preço – misturam-se as "coisas de valor" – com preço.

Valores morais e éticos passam a ser *títulos negociáveis*

Ante a este quadro, lidamos com opções políticas regidas pelo medo:

- Conservadores: medo da mudança

- Progressistas: medo de seguir igual

- Liberais: medo do Estado

- Obsessores: medo da Luz

- Acomodados: medo da Liberdade

- Medrosos: medo do próprio medo

Forçoso reconhecer que o ideário que ocupa páginas e páginas de livros só tem existência histórica a partir da política.

Destaco, é a política que decide:

a) as técnicas escolhidas;

b) a forma como são combinadas; e

c) onde e quando são implementadas.

Necessário que se reconheça:

- a Filosofia enquanto qualidade das perguntas;

- a Ciência enquanto qualidade das respostas e

- a Ética enquanto qualidade das escolhas.

Que o nosso Futuro será realidade na exata proporção da nossa resiliência na efetivação dos nossos propósitos.

Por fim, pela segunda vez, justamente por que não querer terminar, mas sim recomeçar...

Nos propormos a uma travessia transgeracional e transdominial... transformadora em quem nós sempre fomos.

Estamos, pois, a escrever o Auto da Barca da Esperança.

A tanto, digo-vos que há duas senhas.

Ao encontrares o barqueiro digas:

"Somos sonhos encarnados".

Terás como resposta:

"A vida é para quem tem causas". E fará um sinal convidando para embarcares...

Tudo começa e tem como fim:

A compreensão da natureza humana a justificar a Sustentável defesa do SER...

Assim é ... Assim como sempre foi

Assim será ... Assim seremos.

A escolha que sou... a escolha que somos...

Somos chamados a definir: Quanto de passado haverá em nosso futuro?

Iremos respeitar e aprender com o passado ou soberbamente ignorá-lo?

E por não darmos certas respostas, estaremos fadados a repetir certas perguntas.

E lhes digo, com segurança: quem é da causa, se reconhece...

"*As nossas causas 'valem' mais que a nossa vida, porque são elas as que à vida dão sentido*"[10].

Nossas causas nos dão resiliência...

Ante a esta realidade injusta

Ficamos muito vezes desestimulados

Desistir

Quantos de nós já pensou seriamente nisso,

Mas nunca nos levamos realmente a sério,

É que tem mais esperança nos meus passos

Do que cansaço nas minhas pernas,

Algo próximo a uma saudade do Futuro, ter memória do que ainda não vivemos...

A questão maior não é "o que nós queremos ser" mas "quem nós queremos ser", enquanto indivíduos, enquanto Nação.

[10] Dom Pedro Casaldaliga. apud Frei Marcos Sassatelli, "Bem viver - bem conviver", blog do Frei Marcos, 28 de setembro, 2011, http://freimarcos.blogspot.com.br/2011_09_01_archive.html.

Penso que que os Nós que fazem ponte ao nosso Futuro estão calcados em linhas fundamentais:

- Ressujeitar as pessoas e as relações

- Igualdade de oportunidades

- Trabalho para os que podem trabalhar

- Segurança para os que dela necessitam

- Fim dos privilégios para poucos

- Preservação das liberdades para todos

- Punição para os que violam as nossas liberdades

- Liberdade compromissada para aqueles que querem produzir

- Amparar os vulneráveis a se erguerem

- Enfrentamento da corrupção sistêmica

- Entendimento de que a Diversidade é o nosso maior atributo

- Perceber que nós não somos iguais... nosso desafio é sermos complementares

- Certeza que vale a pena ser honesto

Enfim...

Ser o que se é,

Falar o que se crê,

Crer no que se fala,

Viver o que se proclama

Portanto:

Há silêncios eloquentes.

Há silêncios culpados.

Há silêncios inocentes.

Falo-vos que Técnica é necessária, mas por si não basta.

Falo-vos de uma fundamental relação de encantamento que nos toca em Antoine Saint-Exupery...

"*Se você quer construir um navio, não chame as pessoas para juntar madeira ou atribua-lhes tarefas e trabalho, mas sim ensine-os a desejar a infinita imensidão do oceano*"[11].

E que venha a descoberta...

Que venha a descoberta e que nos reencante pelo caminho...

Que venha a descoberta a estas existências domesticadas por uma realidade que insiste em desesperançar o Futuro...

[11] Antoine Saint-Exupery, "Pensador, acessado em outubro, 2017, https://www.pensador.com/frase/ODMyMTI5/.

Que venha a descoberta de uma vinda sem ida como se o passado fosse o próprio tempo...

Que venha a descoberta sobre aqueles que nos querem iguais... professando a lógica do pensamento encarneirado...

Que venha a descoberta sobre aqueles obsessores ideológicos que pregando o sectarismo tentam sequestrar o nosso futuro...

Que venha a descoberta sobre nós... que somos diferentes... nosso desafio é sermos complementares...

Que venha a descoberta sobre elos que desatam nós... sobre nós que formamos elos de um projeto de Nação que a todos abarca... que a todos abraça...

Relembro fragmentos da obra de Fernando Pessoa:

"Na véspera de não partir nunca

Ao menos não há que arrumar malas

...

Não há que fazer nada

Na véspera de não partir nunca

...

Ter pensado o tudo

E ter chegado deliberadamente a nada.

...

É como uma oportunidade virada do avesso."

Digo mais para não menos dizer

Nós já partimos...

Levando todos os nossos sonhos...

Oferecendo todo nosso esforço...

Resilientemente seguindo em frente...

Temos uma missão a cumprir...

Sabemos porque e por quem...

Repito aos quatro cantos ... aos quatro ventos...

Por nós que se façam elos...

Que venha a descoberta...

Nós que somos do Bem

SOMOS MAIS...

Afinal, bem sabemos porquê e por quem lutamos.

É o que impregna de sentido as nossas ações